

Semana 3 – Capacidade, legitimidade e impedimento

Em julho de 2020, entediado com o isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19, Lucas decide começar a assinar um serviço de *streaming* de vídeos. Ao acessar o site da NETFLICS, uma das empresas que oferece tal serviço, Lucas é informado de que o acesso ilimitado aos filmes e séries da plataforma é vendido pelo preço de R\$40,00 por mês; sendo o prazo mínimo de duração da assinatura, porém, de 12 meses. Assim, segundo o contrato digital disponível no site, embora seja possível efetuar o pagamento em parcelas mensais de R\$40,00, o usuário se obriga a realizar tais pagamentos por pelo menos 12 meses.

Lucas tem 20 anos e desde criança foi diagnosticado com síndrome de Asperger, uma perturbação do espectro autista que, embora não seja tão grave quanto outras perturbações desse espectro, afetou consideravelmente seu desenvolvimento cognitivo, incluindo as capacidades de discernimento, entendimento e determinação. Lucas mora com seus pais e não tem renda própria, mas recebe uma mesada para pequenos gastos pessoais com lazer.

Contando com a economia de alguns meses de sua mesada, e sem que seus pais o saibam, Lucas decide então assinar o contrato disponível no site da NETFLICS, e passa a gozar do serviço de *streaming* e a efetuar os depósitos mensais de R\$40,00.

Ocorre que, em outubro de 2020, quando deveria realizar o quarto pagamento dentre os doze acordados, Lucas percebe que suas economias não são mais suficientes para continuar a pagar pelo serviço. Assim, sem qualquer aviso à empresa, Lucas suspende os depósitos à NETFLICS, deixando também de acessar a plataforma.

Em março de 2021, para a surpresa de todos, uma carta de citação é entregue à casa de Lucas, na qual se lê que há um processo judicial de cobrança instaurado pela NETFLICS em face de Lucas. Nessa ação, a empresa cobra seis meses de pagamento atrasado (de outubro a março), com juros altíssimos, e ressalta que os próximos meses também deverão ser pagos oportunamente, até junho de 2021, quando terminaria o prazo do contrato. Surpresos com tais acontecimentos, e argumentando que o filho não tinha condições de entender o contrato assinado, os pais de Lucas perguntam a você:

- a) O contrato assinado por Lucas é válido?
- b) Há algo que os pais de Lucas possam fazer para evitar o pagamento dos valores cobrados pela NETFLICS? E para obter de volta os valores já pagos por ele?
- c) Suponha que, ao invés de Lucas, quem tivesse celebrado o contrato com a NETFLICS fosse seu irmão mais novo João, que não apresenta qualquer deficiência e, em julho de

2020, contava com 15 anos. Nessa situação, a NETFLICS obteria sucesso em sua cobrança?